

UBERIZAÇÃO: trabalho de plataforma e formação do app-proletariado

Ismael de Mendonça Azevedo¹

Hilderline Câmara de Oliveira²

Ilzamar Silva Pereira³

Resumo: Este estudo tem como escopo geral traçar uma discussão à luz do tipo ideal weberiano com foco no que convencionalmente se chama de uberização do trabalho e, como objetivo específico, visa propor um neologismo para distinguir o tipo ideal. Para atingir tais objetivos, o percurso metodológico se pauta no levantamento bibliográfico, com a análise dos materiais segundo a instrumentalização do tipo ideal weberiano para caracterização dos trabalhadores. As análises e discussões mostram que os indivíduos que atuam nas plataformas apresentam como tipo ideal: a conexão com a plataforma, estão desprovidos de contrato fixo de trabalho, não são empreendedores, não têm salário fixo mínimo, assumem a maior parte ou a totalidade dos custos, investimentos e riscos pela performance, dentre outros aspectos. Como neologismo para esse grupo de trabalhadores foi proposto o termo: app-proletariado. Por fim, define-se que o app-proletariado é uma classe formada por trabalhadores que estão conectados em, pelo menos, um aplicativo digital que funciona como plataforma de intermediação de mão de obra, numa relação de trabalho obscurecida por um ideal de empreendedor de si mesmo.

Palavras-chave: Aplicativos digitais. Empreendedorismo. Proletariado. Relações de trabalho. Uberização.

UBERIZATION: platform work and formation of the app-proletariat

Abstract: This study has the general scope of outlining a discussion in the light of the Weberian ideal type focusing on what is conventionally called the uberization of work and, as a specific objective, aims to propose a neologism to distinguish the ideal type. To achieve these objectives, the methodological path is based on a bibliographical survey, with the analysis of the materials according to the instrumentalization of the Weberian ideal type for the characterization of the workers. The analyzes and discussions show that the individuals who work on the platforms have the following ideal type: connection to the platform, they do not have a fixed employment contract, they are not entrepreneurs, they do not have a fixed minimum wage, they assume most or all of the costs, investments and performance risks, among other aspects. As a neologism for this group of workers, the term was proposed: app-proletariat. Finally, it is defined that the app-proletariat is a class formed by workers who are connected to at least one digital application that works as a labor intermediation platform, in a work relationship obscured by an entrepreneur ideal of yourself.

Keywords: Digital applications. Entrepreneurship. Proletariat. Work relationships. Uberization.

¹ Doutorando em Administração – Bolsista CAPES/Prosup/UnP, Mestre em Administração – UnP, Graduação em Administração – UEPB. E-mail para contato: ismaeldemendonca@bol.com.br

² Pós-Doc em Direitos Humanos – UFPB, Doutora em Ciências Sociais – UFRN, Graduação em Serviço Social – UFRN. Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Potiguar. E-mail para contato: hilderlinec@hotmail.com

³ Doutora em Serviço Social – UFRJ, Graduação em Serviço Social – UFRN. Professora Adjunta do Curso de Serviço Social – UFRB. E-mail para contato: ilzamar.pereira@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, as mudanças no campo da atividade humana vêm apresentando modificações que tornam a relação trabalho-capital mais flexível sob a ótica do contrato, por um interesse unilateral, por vezes, do próprio capital. Para Casagrande, Zamora e Oviedo (2020), destaca-se, por exemplo, a massificação do contrato por empreitada como uma síntese atual dessas mudanças que marcam uma época.

Este tipo de contrato surge em função da busca pela redução dos custos transacionais a partir do uso das ferramentas tecnológicas da informação e comunicação – tais como: internet, *tablets*, *smartphones* – como instrumentos intermediadores que auxiliam pessoas a se comunicarem em qualquer parte do planeta.

Essas tecnologias proporcionaram o desenvolvimento da interação de forças produtivas capazes de constituir uma ampliação do valor do capital e, como consequência, faz surgir fenômenos econômicos de proporções mundiais; como é o caso da uberização do trabalho. A uberização do trabalho é um marco dessa atualidade. Ela representa um modo peculiar de acumulação capitalista, pois promove a mediação da subsunção do trabalhador, que se torna o responsável pelos principais utensílios à produção da atividade produtiva (Franco; Ferraz, 2019).

A uberização mostra que as metamorfoses no mundo do trabalho permanecem contemporâneas. Este fato deve promover o exercício da análise dos estudos do trabalho a ponto de pautar a discussão e servir uma melhor compreensão acerca do modelo de trabalho. Especialmente porque, para Antunes (2012), no estágio atual do capitalismo brasileiro tem havido enormes enxugamentos da força de trabalho, e muito se dá em função do significativo avanço da mutação sociotécnica no processo produtivo.

À vista disso, compreender a morfologia do trabalho é emergente para melhor compreender quem é a classe trabalhadora do hoje (Antunes, 2014). Diante desse ideal, o presente artigo parte da seguinte questão problema: é possível elaborar um tipo ideal do conjunto de trabalhadores que atuam a partir da intermediação de aplicativos?

Para solucionar essa inquietação, este estudo tem como objetivo geral traçar uma discussão à luz do tipo ideal weberiano com foco no que convencionalmente se chama de uberização do trabalho. Como objetivo específico, o artigo visa propor um neologismo para distinguir o tipo ideal. Como é sabido, a fragmentação do trabalho a partir da ideia de empreendedorismo não é nova, mas quando promovida pelas plataformas de intermediação de venda de mão de obra, sua sistemática precisa ser compreendida.

Portanto, aqui serão discutidos apontamentos que adéquam as facetas do novo mundo do trabalho promovido pelas plataformas digitais que faz surgir uma expressiva identidade trabalhadora com aspectos digitais específicos.

Para tanto, serão destacados elementos sobre a atividade de intermediação proposta pelas empresas-aplicativos que se aproxima da ideia de trabalhador sem direitos, ao tempo em que se distancia do fetiche do trabalhador como empreendedor. Como síntese, será apresentado o grupo formado por esses trabalhadores emergentes que devem ser observados à luz de sua própria situação; com uma nomenclatura própria que anuncie sua própria estética.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Desemprego estrutural: o campo fértil para uma ideologia empreendedora

No primeiro trimestre de 2023 os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mostram que os desempregados são por volta de 9,4 milhões de pessoas disponíveis ao trabalho, os desalentados são 3,9 milhões e a taxa de subutilização da força de trabalho no Brasil é de 18,9% (IBGE, 2023). Esses dados mostram que a realidade do mercado de trabalho no Brasil, por mais que seja a menor taxa de desemprego para o mesmo período desde 2015, ainda é de uma situação crítica.

Esses dados contextualizam o cenário que as empresas em forma de plataformas digitais provedoras de aplicativos de intermediação de mão de obra passa a usufruir para impor suas condições de trabalho no mercado brasileiro. São empresas que atuam sob condição da tática da promoção de um movimento com ideologia empreendedora.

Essa ideologia frequentemente utilizada não é nova, na verdade, tem sido difundida ao longo das últimas décadas – muito antes do surgimento de plataformas como: Uber, 99 e Ifood – para justificar a instabilidade da sociedade capitalista. O empreendedorismo tem sido utilizado para exaltar as forças do capital financeiro que assenta na meritocracia e na individualização da responsabilidade pelo trabalho, independente de instituições, de organizações e do Estado (Moraes, 2020).

O Empreendedorismo, como ideal, permite ao capital dar um passo mais à frente no que concerne à flexibilização do trabalho, pois ele se utiliza da desestruturação do mercado de trabalho para inibir o consenso sobre a assimetria entre capital e trabalho, impondo a eficiência dos mercados como norma (Sousa; Meinberg, 2020).

A partir dos ideais postos no cenário – que são de empreendedorismo, flexibilidade, autonomia e escolha –, e das fragilidades pessoais em função do desemprego, homens e mulheres ficam vulnerabilizados (AZEVEDO, 2020) e buscam as plataformas para obterem receita; estas últimas põem todo o risco da atuação sobre os ombros dos indivíduos (Scholz, 2016).

Em síntese, até aqui, o que vemos no cotidiano é uma imensidão de trabalhadores desolados sem empregos formais, ou com ocupações que não atendem plenamente suas necessidades financeiras pessoais, que se tornam objeto de interesse das plataformas, pois elas veem na falta de emprego no mercado de trabalho uma oportunidade para gerarem suas próprias receitas.

1.2 A estratégia do discurso de liberdade

Para convencer os trabalhadores, o capital faz os discursos institucionais reforçarem a pretensa ideia de liberdade, parceria, iniciativa livre, autonomia negocial e natureza empreendedora por meio de plataformas digitais. No entanto, elas ocultam intencionalmente a subordinação estrutural e a forma de assalariamento estabelecida entre o entregador e a empresa. O trabalhador passa a ser reconhecido apenas como um empreendedor e usuário da plataforma com total ‘liberdade’ para escolher quando usar da intermediação ali proposta (André; Silva; Nascimento, 2019; Carvalho; Pereira; Sepúlveda Sobrinho, 2020).

Nessa perspectiva, as plataformas têm encontrado pouco obstáculo para seu desenvolvimento. Além disso, o seu modelo inspira confiança e entusiasmo, já que promove lucros e cresce ainda mais ao longo do tempo. O fato é que seu *modus operandi* está ancorado no desemprego, pois os prestadores de serviço veem as plataformas como uma forma de escaparem da desocupação. Todavia, a maioria dos trabalhadores que atuam nas plataformas têm na sua atividade a sua principal fonte de renda (Bianquis, 2016).

Logo, a adesão dos trabalhadores para atuarem nos aplicativos das empresas de plataforma sem qualquer vínculo trabalhista ganha forma e substância. Estas empresas baseiam seus discursos em ideais para a construção do fetiche. É disseminado, com lastros pela economia do compartilhamento, o discurso de que o trabalho na plataforma parte de uma relação em que todos supostamente lucram (Fritzen; Abdala; Silva, 2017).

Dessa forma, é relevante destacar a importância do discurso para as plataformas, pois é a partir da comunicação distribuída no mercado que ocorre o desenvolvimento de um elo dentro do sistema de produção e circulação do capital, de modo que os sentidos circulam construindo a forma do capital pela gramática (Grohmann, 2020).

O discurso coopta o imaginário dos trabalhadores, sobretudo, quando se pauta na ideia fetichista da imagem de um trabalhador que se torna um empreendedor livre, supostamente com a posse do capital produtivo, que tem acesso a uma fonte de renda fácil e rápida, enquanto, por outro lado, o serviço chega a um usuário que tende a pagar menos – todos intermediados por uma empresa que auferir lucros (Fritzen; Abdala; Silva, 2017).

A narrativa entrega a energia que alimenta a engrenagem que, por conseguinte, é movimentada a partir da adesão dos trabalhadores. Estes últimos, normalmente, desempregados ou com rendas insuficientes, passam a observar os aplicativos à luz da possibilidade de escapar da desocupação e auferir renda. Na prática, se vestem ao trabalho pensando como supostos empreendedores, mas estão plenamente alienados, ligados ao aplicativo que detém de fato a posse do meio de produção e reprodução do capital.

1.3 Ruptura do mercado de trabalho e responsabilização pelo desemprego

As plataformas são organizações que atuam como *statups* na área de tecnologia digital com a prática da intermediação da mão de obra (Azevedo, 2020). A função delas é agregar força de trabalho e clientes. Portanto, atuam prospectando pessoas que assumem a função de potenciais parceiros para ofertarem seus serviços em condições ali colocadas pelas próprias plataformas digitais (Moraes; Oliveira, Accorsi, 2019).

Ocorre que, com esse modelo de atuação, as plataformas prometem tornar trabalhadores em empresários de si mesmo, apenas para transferir para cada trabalhador a responsabilidade pelos recursos necessários ao serviço que pretende prestar (Slee, 2017; Moraes; Oliveira; Accorsi, 2019). Ao utilizar da ideia de empresário de si mesmo, as plataformas tornam genérica a perspectiva de empreendedorismo. Elas fazem o trabalhador assumir quase todos os riscos por sua atividade produtiva (Abílio, 2019).

As plataformas disseminam formas contemporâneas de gestão, alimentam não apenas a elaboração de discursos empresariais, mas também influenciam decisões judiciais sobre a definição e o reconhecimento da subordinação existente no trabalho do indivíduo que está atuando a partir da intermediação que elas propõem (Abílio, 2020). Sequer o judiciário consegue encontrar uma definição precisa quanto à relação de trabalho encontrada nas plataformas.

O que era tido como desemprego se desloca enquanto questão social crítica para uma atribuição do indivíduo. A pessoa desempregada passa a ser responsável por sua própria sobrevivência a partir de um cenário repleto de incertezas e precariedade, pois o modelo de negócio da plataforma obscurece as relações entre o capital e o trabalho; já que os trabalhadores aparecem como chefes de si mesmos excluindo da relação à ideia de subordinação (Abílio, 2019).

Para Dardot e Laval (2016), esta é a nova ética do trabalho, que se baseia em princípios onde há conjunção entre aspirações individuais e os objetivos de excelência da empresa, ou entre o projeto pessoal e o projeto da empresa, de modo que só será possível o sucesso se cada indivíduo se tornar uma pequena empresa. Na perspectiva

da empresa de si mesmo o indivíduo é tomado por uma ética empresarial que exalta o homem que faz a si mesmo e é passível de realização plena.

Nesse sentido, para Abílio (2019; 2020), há um problema nos princípios do modelo de negócio plataforma–trabalhador, pois o que de fato ocorre com o trabalhador não é a transformação dele em empresário, mas o deslocamento dele para uma situação de autogerenciamento subordinado. Além do mais, a atividade que eles oferecem não está associada à inovação. Eles estão participando de um jogo onde novas formas de controle e gerenciamento operam sobre o seu trabalho e, agora, o indivíduo está inteiramente desprotegido. O único direito é ser um autônomo com trabalho subordinado e controlado (Sabino; Abílio, 2019; Amorim; Moda, 2020; Machado; Zanoni, 2021).

O trabalhador sai da situação de desempregado para a condição de trabalhador com mínimos direitos, subordinado e controlado por plataformas que de maneira velada subverte a ideia de empreendedorismo. A ética das empresas-plataforma é se utilizar de aplicativos para fazer homens e mulheres acreditarem que podem ser donos dos seus destinos econômico-financeiros. Entretanto, na realidade, não passa da oferta de ocupações que não se encontra no campo do empreendedorismo, muito menos do emprego, ao tempo em que também não é libertadora, já que o poder do capital continua de posse das empresas.

1.4 Ponto de inflexão à subordinação nos aplicativos

Mesmo com toda a sistemática elaborada pelas plataformas, ao tomarmos como base os entregadores do Ifood, Bee Delivery e Rappi – para citarmos apenas estes trabalhadores –, percebemos que eles desenvolveram a capacidade de organização coletiva para reivindicação de melhores condições de trabalho.

Por via das mídias digitais, os entregadores dos aplicativos demonstraram capacidade de organização coletiva e, para mostrarem força de luta coletiva e capacidade de barganha, organizaram um movimento grevista que ficou conhecido como ‘breque dos apps’; ocorrido em julho de 2020. Segundo Oliveira (2020), a pauta da paralisação foi: reajuste de pagamentos, criação de tabela de preços, fim dos bloqueios e punições, entrega de EPIs, apoio contra acidantes, programa de pontos.

A escolha do nome da paralisação não foi à toa. Ela é uma alusão ao movimento de parada dos trabalhadores que atuam a partir da intermediação das plataformas com a oferta do serviço de entregas. A paralisação das atividades de entregas ocorreu em vários municípios do país e foi motivada pela realidade enfrentada no cotidiano do trabalho dos entregadores. Eles se organizaram para lutar por melhores condições de trabalho, que hoje se expressam em extensas jornadas de trabalho e baixa remuneração, especialmente (Lourenço Filho, 2021).

As plataformas transmitem a ideia de que o empreendedor se utiliza dos aplicativos que elas dispõem para organizar o seu trabalho e criar conexões com os clientes que usufruem dos seus serviços. Todavia, as regras da negociação, os critérios de avaliação para os serviços, assim como a implementação dos mecanismos de vigilância sobre a força de trabalho são imposições ocultadas pelos desenvolvedores das plataformas. São exatamente estes fatores que expõem a situação de subordinação estrutural e controle do trabalhador (Carvalho; Pereira; Sepúlveda Sobrinho, 2020).

Em outras palavras, as plataformas digitais estão consolidando amplamente a experiência de trabalhadores totalmente desprovidos de direitos e garantias, e que mesmo assim ainda precisam estar subordinados – portanto, são controlados centralizadamente e disponibilizados como mercadorias; elemento de produção. Com o agravante de serem trabalhadores por demanda, ou *just-in-time*, experienciando um trabalho sob regime de tensão intensa (Abílio, 2021).

Como contraponto a situação de subordinação, a mobilização de paralisação dos entregadores foi relevante para que a realidade do trabalho intermediado pelas plataformas pudesse ser visível a todos e também para que a organização de luta coletiva pudesse acontecer (Lourenço Filho, 2021).

2 METODOLOGIA

2.1 Natureza e tipo de estudo

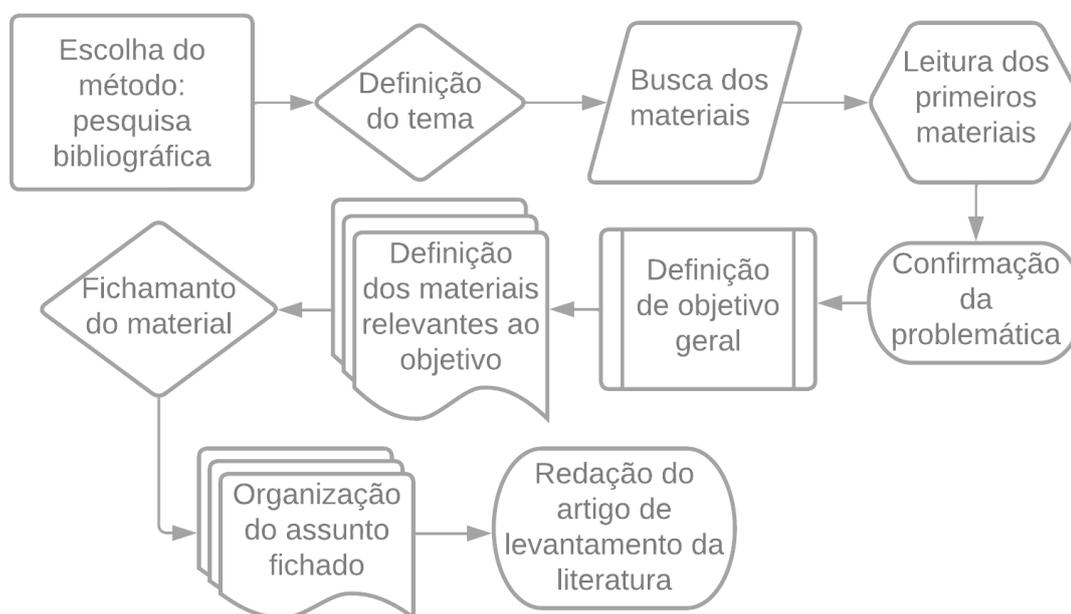
Este estudo tem natureza de pesquisa básica, segundo o procedimento é considerado bibliográfico de caráter qualitativa. A escolha pela pesquisa básica se deu para assegurar que se apresente um artigo dinâmico, capaz de trazer um novo e útil

conhecimento (Prodanov; Freitas, 2013) para o avanço da reflexão crítica no mundo do trabalho. Ao tempo em que é um estudo de caráter qualitativo baseado no método da pesquisa bibliográfica, pois suas reflexões críticas foram desenvolvidas com base em materiais publicados (Gil, 2017).

Quando se fala sobre uso de materiais publicados como fonte de pesquisa bibliográfica, é importante deixar claro que não se trata tão somente de materiais acadêmicos, pois jornais e revistas podem de tempos em tempos também levantar temas que pesquisadores científicos tenham interesse em pesquisar (Flick, 2012). Por isso, a pesquisa bibliográfica deve ser entendida como um conjunto de conhecimentos reunidos em obras de toda natureza. Seu papel, como material de leitura, é conduzir o leitor ao caminho do saber (Fachin, 2006).

Esta pesquisa tem sua técnica fundamentada em vários procedimentos metodológicos sistemáticos que podem ser vistos na figura 01.

Figura 01 – Sistemática metodológica



Fonte: elaborada pelos autores (2023).

A opção por este estudo se deu em função de a pesquisa com essa característica apresentar como vantagem a possibilidade de os investigadores se utilizarem de uma cobertura ampla de materiais que abordem o fenômeno estudado

(GIL, 2017). Para tanto, o estudo se utilizou de informações presentes em materiais secundários, já que se trata de uma revisão que se pauta em conteúdo já publicado anteriormente acerca do tema analisado.

Outrossim, livros também foram selecionados para o aprofundamento da apreciação crítico-filosófica nas discussões deste trabalho. A seleção do material para este levantamento se deu entre 01 de agosto de 2022 e 02 de junho de 2023.

2.2 Procedimento de coleta e análise dos materiais

Para seleção dos materiais e construção do *corpus* da análise, foram feitas buscas na base de dados Google Acadêmico, pois esta tem indexação livre a partir de publicações que já foram realizadas em periódicos on-line em diversos idiomas. Além do mais, é multidisciplinar, apresenta em seus resultados desde artigos científicos, até livros, anais de congresso, resumos e qualquer outro registro catalogado em repositórios, blogs, sites de internet entre outros (Mariano; Rocha, 2017).

A busca se deu com uso de um único descritor, que foi: Uberização do trabalho. O resultado foram mais de 5 mil trabalhos encontrados, porém foi definido como adequado aqueles trabalhos que estivessem integralmente disponíveis para apreciação dos pesquisadores, e que tivessem sido disponibilizados entre 2015 e 2023. A partir daí, por conveniência, os pesquisadores passaram a ler os resumos e selecionar os materiais que se adequassem no sentido de atingir o objetivo geral proposto nesta pesquisa.

Desse modo, a busca por materiais se voltou para auxiliar na elaboração da discussão à luz do método do tipo ideal weberiano.

2.3 O método do tipo ideal weberiano

O modelo de análise de Max Weber, mais conhecido por 'tipo ideal', tem sua aplicação nas ciências sociais para que o pesquisador possa selecionar características, observar elementos e, a partir disso, construir um todo inteligível dentre outros tantos possíveis (Schütz; Silva Júnior, 2018). O modelo do tipo ideal tem

sido um instrumento útil para a explicação causal ou para a explicação por afinidades eletivas (Tormin, 2019).

O conceito de tipo ideal não pretende formar uma hipótese, mas nortear a formação destas. Como conceito, não expõe propriamente a realidade, no entanto faz um expressivo unívoco quanto à organização moderna e histórica da sociedade numa economia de mercado. Se consegue um 'tipo ideal', portanto, a partir da acentuação unilateral de um ou mais pontos de vista e mediante a sistematização de uma quantidade de fenômenos que podem estar isolados, difusos e discretos, que podem aparecer em maior ou menor quantidade, até mesmo ser completamente ausente num determinado tempo histórico, mas que são possíveis de serem sistematizados em meio a pontos de vistas unilateralmente acentuados a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento (Weber, 2001).

Dessa forma, entende-se que o tipo ideal é construído a partir de um conjunto variado de fenômenos que são observados e analisados de forma macro, mas que, para uma melhor apreensão, são reduzidos ao micro para poder extrair da observação o maior conjunto possível de verdades, sem deixar de lado à transparência quanto à instabilidade (Schütz; Silva Júnior, 2018).

Portanto, se deve compreender – para os fins desta pesquisa – que o tipo ideal idealizado é uma tentativa de apreender os indivíduos históricos da atualidade, com base nos diversos elementos e conceitos genéricos que serão destacados nas discussões do trabalho, a fim de construir um todo tangível capaz de classificar o atual proletário que atua nas plataformas digitais.

3 ANÁLISE E DISCUSSÕES

3.1 Trabalhador de aplicativo: o cenário

A análise do *corpus* utilizado neste trabalho demonstra um uso excessivo do termo uberização para destacar trabalhadores que se encontram em situação de trabalho precário (Abílio, 2019; Sousa; Meinberg, 2020; Filgueiras; Antunes, 2020) quanto ao seu contrato e sua realidade no trabalho. Em função disso, ressalta-se que a observação de um único elemento para caracterizar um tipo ideal de trabalhador para uma época pode ser visto como genérico, a priori.

Nesse sentido, outros elementos mais próprios da realidade vivida pelos trabalhadores de aplicativos puderam ser elencados e destacados para melhor caracterização do tipo ideal.

A observação inicial se dá pelo cenário do mundo do trabalho, onde, atualmente, há um alto nível de desemprego e de subutilização do trabalhador, fatos destacados por Abílio (2019), Franco e Ferraz (2019), Moraes, Oliveira e Accorsi (2019), e Filgueiras e Antunes (2020). Estes pontos devem ser utilizados como partida para o desenvolvimento do tipo ideal do trabalhador, pois é baseado neles que o capital elabora o ideal de que os aplicativos devem ser observados pelas pessoas como meio de renda, lucro.

O indivíduo se torna responsável por buscar formas de contornar sua necessidade por melhores rendas. Sabendo disso, os aplicativos elaboram discursos atraentes, pois é no uso do combo linguagem-*labour* (Grohmann, 2020) que os indivíduos observam os aplicativos como uma opção razoável.

Afinal, sendo o trabalho por aplicativo um labor sem regulação trabalhista, passível de ser acessado até mesmo por aquelas pessoas que não têm carteira de trabalho, ou mesmo experiência na ocupação, os indivíduos não encontram muitas barreiras que impeçam sua adesão.

Ao fazer as observações iniciais, de contexto, considera-se que não se deve olhar apenas para a forma de contratação a fim de construir uma caracterização do tipo ideal, pois, de modo genérico, essa perspectiva pode macular outras questões do mundo do trabalho dos aplicativos.

3.2 Trabalhador de aplicativo: o tipo ideal

Após evidenciar o cenário do mercado de trabalho atual encontrado pelas empresas-aplicativo, buscou-se destacar um conjunto de características básicas para que o tipo ideal tome forma.

Entretanto, se faz necessário reforçar que a estética elaborada tem por base exclusivamente o *corpus* feito por materiais utilizados na fundamentação teórica deste trabalho. Outrossim, análise feita e a apresentação das discussões neste material não são finalísticas, não se busca fechar um entendimento universal, pois o entendimento

do tipo ideal weberiano é ser um modelo de análise que surge a partir da seleção de características pelo pesquisador, para que ele explique, mas sem a ambição de explicar plenamente a realidade. Se trata de um ponto de vista sistematizado.

Dessa forma, as características levantadas pelos pesquisadores serão apresentadas no quadro 01.

Quadro 01 – Características à luz do tipo ideal

Características	Autores
Atuam necessariamente a partir de plataformas digitais.	André, Silva e Nascimento (2019), Amorim e Moda (2020) e Azevedo (2020).
Falso empreendedor	Fritzen, Abdala e Silva (2017), Abílio (2019), Azevedo (2020) e Carvalho, Pereira e Sepúlveda Sobrinho (2020).
Estão desprovidos de contrato de trabalho fixo.	André, Silva e Nascimento (2019), Franco e Ferraz (2019), Moraes, Oliveira e Accorsi (2019), Abílio (2020), Amorim e Moda (2020), Azevedo (2020) e Carvalho, Pereira e Sepúlveda Sobrinho (2020).
Ausência de assalariamento fixo mínimo.	Carvalho, Pereira e Sepúlveda Sobrinho (2020), Filgueiras e Antunes (2020), Abílio (2021) e Casagrande, Zamora e Oviedo (2021).
Assumem a maior parte ou a totalidade dos custos, investimentos e riscos de sua atuação.	Franco e Ferraz (2019), Sabino e Abílio (2019) e Filgueiras e Antunes (2020).
Ausência de garantias legais de benefícios sociais ligados ao trabalho.	Moraes, Oliveira e Accorsi (2019) e Filgueiras e Antunes (2020).
Ausência de um número mínimo de tarefas para cumprir e garantir alguma renda.	Sabino e Abílio (2019) e Filgueiras e Antunes (2020).

Fonte: elaborado pelos autores (2023).

Essas características foram levantadas em função de os trabalhadores de plataformas serem quase únicos na apresentação de tais elementos homogeneizantes, especialmente, quando comparados a outros profissionais que também podem ser encontrados em situação de precarização no trabalho.

Entretanto, é sabido que não são apenas essas as características que permeiam o dia a dia do trabalho dos indivíduos que atuam a partir das plataformas digitais.

Elementos como o controle sobre o trabalhador, o gerenciamento, a subordinação e a vigilância – para destacar apenas estes –, também podem ser

encontrados na literatura especializada sobre uberização. No entanto, é sabido que tais características podem ser encontradas em qualquer situação de trabalho onde o indivíduo esteja contratado formalmente por uma organização. Portanto, embora sejam elementos importantes, não serão considerados para fins desta pesquisa.

3.3 Trabalhador de aplicativo: nomenclatura para o tipo ideal

Com base nas características de homogeneidades levantadas é possível registrar uma expressão que entregue a compreensão necessária das condições dos trabalhadores e, para isso, considera-se imprimir o termo: 'app-proletariado'. Esse termo é um neologismo elaborado a partir da abreviação usualmente comum para aplicativo – que é 'app' – e do termo 'proletariado'. Este último termo que, para Marx e Engels (2008), é usado para denotar a classe trabalhadora moderna que só sobrevive se encontrar trabalho, e é exatamente este trabalho que incrementa e mantém a reprodução do capital.

Ao fazer uso desse termo aqui proposto, o que se busca é tornar mais adequada a observação dos trabalhadores que atuam a partir das plataformas digitais – tais como *Uber*, *Ifood*, *Bee Delivery* e *Rappi*. São trabalhadores que necessitam estar conectados aos aplicativos; sem essa condição não têm como receberem notificações com convites para trabalhos.

Isto posto, a realidade de sua ocupação passa necessariamente pela conexão com as plataformas digitais.

O app-proletariado é um grupo de trabalhadores que pode estar disponível exclusivamente nas plataformas, mesmo que tenham outras atividades laborais paralelas. Para compor o grupo, o indivíduo precisa estar necessariamente cadastrados em, pelo menos, um aplicativo digital para ofertar seus serviços.

A partir disso, serão pessoas que viverão uma situação ambígua, já que precisarão assumir grande parte dos custos do trabalho e, por outro lado, não terão quaisquer garantias de que obterão retorno ou lucro por suas atividades, investimentos e riscos. Na verdade, a própria existência da tarefa a ser realizada é incerta, pois o controle da tarefa depende das plataformas. Isto implica dizer que os

trabalhadores dependem do capital gestor dos aplicativos para que tenham acesso ao trabalho e a renda.

Portanto, o 'app-proletariado' é um grupo contemporâneo de indivíduos que são induzidos a pensarem sobre empreendedorismo, mas não são empreendedores. Ao compor o grupo, fazem parte da classe de trabalhadores que são forçados a se vender diariamente como mercadorias, e estão expostos aos vícios da concorrência e aos problemas do mercado como todo e qualquer produto, de modo que estão subordinados e controlados pelas plataformas (Abílio, 2019; Franco; Ferraz, 2019; Abílio, 2020).

5 À GUIA DE CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral traçar uma discussão à luz do tipo ideal weberiano com foco no que convencionalmente se chama de uberização do trabalho e, como objetivo específico, propôs um neologismo para distinguir o tipo ideal.

Com base na revisão da literatura, foram apresentadas características que são comuns aos trabalhadores que atual a partir dos aplicativos digitais como sendo o tipo ideal para fins desta pesquisa, são eles: atuação obrigatória a partir de cadastros em plataformas digitais, falso empreendedorismo, ausência de contrato de trabalho fixo, falta de assalariamento fixo mínimo, assumem a maior parte ou totalidade dos custos, investimentos e riscos pela atuação no trabalho, ausência de garantias legais de benefícios sociais do trabalho e ausência de uma quantidade mínima de tarefas para cumprir e garantir alguma renda.

Portanto, o objetivo geral foi plenamente atingido, ao tempo em que também foi atingido objetivo específico quando da apresentação da nomenclatura: 'app-proletário'. Tal neologismo para o tipo ideal weberiano disposto na pesquisa se dá para caracterizar a multidão de trabalhadores em formação que está inserida numa relação de subordinação que tenta ser ocultada pelos aplicativos que ocultam à relação numa ideia de empreendedorismo. A subsunção virtual é real e identificada por Franco e Ferraz (2019), Abílio (2019, 2020), dentre outros.

Por fim, a reflexão aqui apresentada é útil para que estudos futuros sejam elaborados na intenção de aprofundar e caracterizar novas compreensões quanto ao

funcionamento, a existência e a manutenção desses trabalhadores nas plataformas. Ao tempo em que se sugere novos estudos, especialmente, teórico-empíricos com os trabalhadores para que seja possível o desenvolvimento de uma percepção profunda da estrutura, da organização e quanto às lutas coletivas.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 1-11, 2019. Disponível em: [dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivasvol18-issue3-fulltext-1674](https://doi.org/10.5027/psicoperspectivasvol18-issue3-fulltext-1674). Acesso em: 20 set. 2022.
- ABÍLIO, L. C. Uberização e juventude periférica: desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos**, v. 39, n. 3, p. 579-597, 2020. Disponível em: doi.org/10.25091/s01013300202000030008. Acesso em 22 set. 2022.
- ABÍLIO, L. C. Uberização: a informalização e o trabalhador just-in-time. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, n. 1, Editorial, 2021. Disponível em: doi.org/10.1590/1981-7746-sol00314. Acesso em: 25 set. 2022.
- AMORIM, H.; MODA, F. B. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. **Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 22, n.1, p. 59-71, 2020. Disponível em: doi.org/10.4013/fem.2020.221.06. Acesso em: 20 set. 2022.
- ANDRÉ, R. G.; SILVA, R. O.; NASCIMENTO, R. P. “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: análise do trabalho dos motoristas da uber sob o enfoque da precarização. **RECADM**, v. 18, n. 1, p. 7-34, 2019. Disponível: doi.org/10.21529/RECADM.2019001. Acesso: 25 out. 2022.
- ANTUNES, R. A nova morfologia do trabalho no Brasil: reestruturação e precariedade. **Nueva Sociedad**, n. Especial em Português, p. 44-59, 2012. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/a-nova-morfologia-do-trabalho-no-brasil-reestruturacao-e-precariedade/>. Acesso: 29 out. 2022.

ANTUNES, R. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 28, n. 81, p. 39-53, 2014. Disponível: doi.org/10.1590/S0103-40142014000200004. Acesso: 24 ago. 2022.

AZEVEDO, I. M. Uberização do trabalho: travestida de oportunidade há precarização. **Revista Querubim**, v. 16, n. 9, p. 9-77, 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/uberizacao-querubim>. Acesso em: 20 dez. 2022.

BIANQUIS, G. Le chauffeur Uber, entrepreneur précaire?. **Regards croisés sur l'économie**, v. 19, p. 155-159, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/rce.019.0155>. Acesso em: 14 jul. 2022.

CARVALHO, F. S. E.; PEREIRA, S. S.; SEPÚLVEDA SOBRINHO, G. #Brequedosapps e a organização coletiva dos entregadores por aplicativo no Brasil. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, p. 1-29, 2020. Disponível em: doi.org/10.33239/rjtdh.v3.85. Acesso em: 20 ago. 2022.

CASAGRANDE, L.; ZAMORA, M. A. M.; OVIEDO, C. F. T. Motorista de Uber não é empreendedor. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 22, n. 2, p. 1-24, 2021. Disponível em: [10.1590/1678-6971/eRAMG210003](https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMG210003). Acesso em: 27 jun. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 5. ed. [rev.]. São Paulo: Saraiva, 2006.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação no capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020. Disponível em: doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38901. Acesso em: 24 jun. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2012.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cad. EBAPE.BR**, v. 17, Edição Especial, 2019. Disponível em: dx.doi.org/10.1590/1679-395176936. Acesso em: 29 set. 2022.

FRITZEN, F. M.; ABDALA, P.; SILVA, R. E. Reestruturação produtiva, neoliberalismo e o uber empreendedor: o fetiche da economia do compartilhamento. In: CONGRESSO ALAS URUGUAY, 31., 2017, Montevideo. **Anais eletrônicos...** Montevideo: ALAS, 2017. Disponível em: https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/7909_fabiano_milano_fritzen.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GROHMANN, R. A comunicação na circulação do capital em contexto de plataformação. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 1, e5145, 2020. Disponível em: doi.org/10.18617/liinc.v16i1.5145. Acesso em: 27 out. 2022.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Desemprego, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 20 jun. 2023.

LOURENÇO FILHO, R. O individual e o coletivo no trabalho por plataformas digitais: possibilidades de compreensão da constituição a partir da experiência do “breque dos apps”. **Revista Jurídica da UFERSA**, v. 4, n. 8, p. 72-93, 2020. Disponível em: doi.org/10.21708/issn2526-9488.v4.n8.p72-93.2020. Acesso em: 24 maio 2023.

MACHADO, S.; ZANONI, A. P. O trabalho em plataformas digitais: direitos, COVID-19 e problemas emergentes. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 24, e66060, 2021. Disponível em: doi.org/10.5216/sec.v24.66060. Acesso em 22 abr. 2023.

MARIANO, A. M.; S. ROCHA, M. Revisão da literatura: apresentação de uma abordagem integradora. In: CONGRESSO INTERNACIONAL AEDEM: ideas for a European and Mediterranean industrial policy?, Reggio Calabria, Itália. **Anais eletrônicos...**Reggio Calabria, Itália: AEDEM, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 1a Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORAES, R. B. S. Precarização, uberização do trabalho e proteção social em tempos de pandemia. **Revista NAU Social**, v. 11, n. 21, p. 377-394, 2021. Disponível em: doi.org/10.9771/ns.v11i21.38607. Acesso em: 23 abr. 2023.

MORAES, R. B. S.; OLIVEIRA, M. A. G.; ACCORSI, A. Uberização do trabalho: a percepção dos motoristas de transporte particular por aplicativo. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 6, n. 3, p. 647-681, 2019. Disponível em: doi.org/10.21583/2447-4851.rbeo.2019.v6n3.216. Acesso em: 21 fev. 2023.

OLIVEIRA, F. Breque dos apps no sábado é menos, mas protestos ocorrem nas capitais. **UOL**, São Paulo, 25 de jul. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/07/25/breque-dos-apps-no-sabado-e-menor-mas-protestos-ocorrem-nas-capitais.htm>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano.; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SABINO, A. M.; ABÍLIO, L. C. Uberização: o empreendedorismo como novo nome para a exploração. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 2, n. 2, p. 109-135, 2019. Disponível em: doi.org/10.33239/rtdh.v2i2.53. Acesso em: 22 ago. 2022.

SCHOLZ, T. **Cooperativismo de plataforma**: contestando a economia do compartilhamento corporativa. Trad. Rafael A. F. Zanatta. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia Literária, 2016.

SCHÜTZ, J. A.; SILVA JÚNIOR, E. E. O tipo ideal weberiano: presença e representação em obras de Zygmunt Bauman. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 18, n. 210, p. 140-150, 2018. Disponível em: periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43965. Acesso em: 24 jan. 2023.

SLEE, T. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. Trad. João Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

SOUSA, E. J. S.; MEINBERG, M. O. A “uberização” e o aprofundamento da flexibilização do trabalho. **Revista Princípios**, n. 159, p. 107-125, 2020. Disponível em: doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2020.159.005. Acesso em: 27 ago. 2022.

TORMIN, M. M. Aspectos metodológicos da obra de Max Weber: porque recorrer ao tipo-ideal?. **Revista Três Pontos**, v. 13, n. 2, p. 43-49, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/15098/12051>. Acesso em: 22 dez. 2022.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais** [Parte 1]. 4. ed. Trad. Augustin Wemet. São Paulo: Cortez Editora; Editora da UNICAMP, 2001.

Recebido em 14/06/2023

Versão corrigida recebida em 12/03/2024

Aceito em 20/06/2024

Publicado online em 30/08/2024